

MOEDA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM LEVANTAMENTO DAS PRÁTICAS REALIZADAS NO TERRITÓRIO NACIONAL

Luiza Gaier Costa – Universidade Federal de Santa Maria – luizagaierzuge@gmail.com
Prof. Dra. Rita Inês Paetzhold Pauli Universidade Federal de Santa Maria – rita.pauli@gmail.com
Profª. Dra. Ednalva Felix das Neves – Universidade Federal de Santa Maria – ednalvafelix@gmail.com

Resumo: As consequências sociais negativas geradas pelo domínio de um modelo de produção excludente, como a degradação do trabalho, motivaram a criação de diferentes formas de organização social com relações mais justas e igualitárias na sociedade. A Economia solidária surge neste contexto, executando diferentes estratégias para sua consolidação no território nacional. O processo de inclusão financeira realizado por instituições não bancárias através do acesso ao crédito tem sido visto como uma dessas estratégias. As práticas de finanças solidárias que atuam nesse espaço são desenvolvidas pelos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs), estes permitem o acesso ao crédito e oferecem outros serviços financeiros à pessoas e empreendimentos produtivos e de serviços por meio da disponibilização de crédito via “moedas sociais” circulantes locais. Este artigo tem por objetivo explicitar a importância dos bancos comunitários no desenvolvimento local e da Economia Solidária. Tal intento é realizado a partir de um resgate teórico-conceitual de moeda social, banco comunitário de desenvolvimento e da evolução dessas instituições no cenário brasileiro, no período de 1998 até 2016. As conclusões

Palavras-chave: Desenvolvimento local, Economia Solidária, Bancos Comunitários, Moeda Social

Abstract: The negative social consequences generated by the domination of a model of exclusionary production, such as the degradation of work, motivated the creation of different forms of social organization with more just and egalitarian relations in society. The Solidarity Economy arises in this context, executing different strategies for its consolidation in the National territory. The process of financial inclusion by non-bank institutions through access to credit has been seen as one of these strategies. Solidary finance practices operating in this space are developed by community development banks (BCDs) that facilitate access to credit and offer other financial services to local residents through the creation and use of local currencies. In this sense the present article carries out a theoretical rescue in order to conceptualize and characterize social currency and community development bank. In addition to a survey of practices already implemented in the national territory.

Keywords: Local Development, Solidarity Economy, Community Banks, Social Currency

1. INTRODUÇÃO

As sucessivas crises de ordem financeira expõem as deficiências do sistema capitalista em praticamente todo o mundo, colocando em dúvida a sua sustentabilidade. Tais deficiências têm atingido uma massa da população que sofre cada vez mais com o desemprego, a concentração de renda, o crescimento da violência, o consumo exagerado (por parte de uma minoria privilegiada) e a degradação do meio ambiente. Essas são as circunstâncias de uma economia focada exclusivamente na busca de taxas de lucro cada vez mais altas, tendo como resultado uma massa de excluídos.

As consequências sociais negativas geradas pelo domínio de um modelo de produção excludente, como a degradação do trabalho, motivaram a criação de diferentes formas de organização social com relações mais justas e igualitárias na sociedade. Essas iniciativas coletivas (as cooperativas, sindicatos e associações) ganharam espaço diante da ação liberal concentradora e geradora de desigualdades e desemprego (RIGO, 2014). As alternativas ao modelo capitalista surgem nas mais variadas formas e em todo o mundo (QUIJANO, 2005; SINGER, 2005). Surgiram novos e alternativos mecanismos de geração de emprego e renda, de uma forma mais justa e participativa que, pautando-se no espírito solidário, estimularam a economia local das comunidades. O exemplo são as variadas formas de experiências e contextos dos estudos e práticas relativas a essas iniciativas coletivas que tiveram início e que receberam o nome de economia solidária, conforme França Filho e Laville (2004).

As experiências de economia solidária podem ser associadas a um conjunto de alternativas que possuem como objetivo gerar condições de sobrevivência e que, portanto, podem melhorar a vida da população de um determinado local. Esse objetivo, que pode ser estimulado e realizado com o apoio de entidades da sociedade civil, do poder público ou da própria comunidade organizada, ao longo das últimas décadas, tem assumido diferentes

estratégias de ação (RIGO, 2014). O processo à inclusão financeira realizado por instituições não bancárias através do acesso ao crédito é uma dessas estratégias. De acordo com Carvalho e Abramovay (2004), há incapacidade ou desinteresse do sistema financeiro formal em atender à população mais pobre. Assim, as organizações locais têm a capacidade de se inserirem na teia de relações locais e oferecer produtos e serviços financeiros mais adequados a esse público.

No Brasil, as práticas de finanças solidárias que atuam nesse espaço são desenvolvidas pelos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) que facilitam o acesso ao crédito e oferecem outros serviços financeiros aos moradores de áreas pobres. Essas práticas associativas se fundamentam em relações de proximidade, confiança e de solidariedade. Raposo (2014) destaca que no âmbito da sua atuação no território, os bancos comunitários criam e utilizam “moedas sociais” circulantes locais. Essas moedas sociais são os mecanismos mais estratégicos e emblemáticos da sua ação; elas desempenham papel econômico ao estimularem o consumo no território e a circulação interna da riqueza.

Desta forma, o presente artigo possui como objetivo explicitar a importância dos bancos comunitários no desenvolvimento local e da Economia Solidária. Tal intento pressupõe uma incursão teórica, por meio de pesquisa bibliográfica, nas particularidades conceituais de moeda social, bancos comunitários e na abordagem do desenvolvimento local e economia solidária. Na segunda parte do artigo realizou-se um levantamento da configuração dessas práticas no território nacional, no período de 1998 até 2016.

2. DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O conceito de desenvolvimento sempre esteve próximo ao conceito de crescimento econômico, vinculado à ideia de progresso. Na segunda metade do século XX, o modelo de desenvolvimento neoliberal passou a ditar a dinâmica econômica global, baseado na

austeridade orçamentária, privatizações, liberalização dos mercados, acirrando o ritmo de desigualdade entre os países que buscavam o aumento da capacidade produtiva. Assim, a forma de utilização dos recursos e dos meios de produção começa a se confundir com a razão de ser do sistema produtivo que emergido na civilização industrial, associou a ideia de crescimento econômico a desenvolvimento (FURTADO, 1974).

Singer (1982) considera crescimento como um processo de expansão quantitativa, comum nos sistemas relativamente estáveis dos países industrializados, enquanto o desenvolvimento é um processo de transformações qualitativas dos sistemas econômicos que prevalecem nos países subdesenvolvidos.

Os processos de crescimento econômico têm gerado desigualdades regionais em todo o mundo – é quase como se fosse uma lei universal inerente ao processo (FURTADO, 2009). Segundo Coelho (2003) estas desigualdades regionais têm sido enfrentadas com políticas de desenvolvimento exógeno, onde a preocupação do Estado era apoiar e desenvolver infraestrutura necessária para o aumento da capacidade produtiva e geração de crescimento econômico do país. Práticas como colonização, construções e modernização do território, valorizavam apenas os elementos exógenos em detrimento das realidades locais e regionais.

A partir da década de 1990, no bojo das discussões sobre novas formas de desenvolvimento, emergiu no Brasil, uma discussão sobre a importância do desenvolvimento territorial sustentável para promover uma nova compreensão do território e sobre as relações da sociedade com o espaço construídas historicamente, lutas e práticas políticas convidam a pensar e trabalhar formas de desenvolvimento que levem em consideração e aproveitem as riquezas de cada território, agentes e potencialidades locais, fortalecendo o circuito inferior da economia.

Para Albuquerque (2004), a abordagem do desenvolvimento econômico local destaca, fundamentalmente a base nas características gerais e locais de um determinado território. Uma concepção de território que considera os processos e a produção do espaço, as relações dos agentes locais, redes, fluxos e a forma como compartilham conhecimentos e experiências, como organizam a produção, consumo, e como são usados os recursos disponíveis.

Pautando-se nesta perspectiva, a partir de 2003, a política pública de economia solidária tem se orientado a promover o desenvolvimento territorial/local sustentável com base nos princípios da economia solidária (atividade econômica, autogestão, cooperação, solidariedade) (RAPOSO, 2014).

A economia solidária pode ser considerada uma alternativa de sobrevivência e de produção dos meios de vida, antagônica ao capitalismo, pois se estrutura a partir da organização associativa dos trabalhadores, o que a associa a um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses das classes populares (GAIGER, 2004). Para Singer (2002) a economia solidária se configura em uma alternativa às relações de trabalho capitalistas, considerando-a uma nova forma de produzir que age nas brechas do capitalismo, e de certa forma, o complementa.

A economia solidária se apresenta, portanto, como uma nova lógica de desenvolvimento capaz de garantir a produção de bens e serviços com desenvolvimento humano, por meio da prática do comércio justo, do consumo consciente e solidário, das finanças e crédito solidários. Estas práticas, pautadas nos princípios básicos da economia solidária (atividade econômica, autogestão, cooperação, solidariedade) se aproximam da proposta do desenvolvimento local e territorial sustentável (RAPOSO, 2014).

Este modelo de produção estabelece as bases e fundamentos para uma outra globalização, mais equilibrada e mais solidária com os outros e com a natureza. Também

pode ser definida como um conjunto de atividades econômicas geridas democraticamente como resposta aos problemas sociais, onde os interesses humanos prevalecem sobre os interesses materiais e econômicos (LAVILLE, 2005).

Pode-se associar Economia Solidária à um conjunto de alternativas que possuem como objetivo melhorar a vida da população de um determinado local. O processo de inclusão financeira realizado por instituições não bancárias através do acesso ao crédito tem sido visto como uma dessas estratégias.

As práticas de finanças solidárias que atuam nesse espaço são desenvolvidas pelos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) que facilitam o acesso ao crédito e oferecem outros serviços financeiros aos moradores locais, fundamentados em relações de proximidade, confiança e de solidariedade. Raposo (2014) comenta que no âmbito da sua atuação no território, os bancos comunitários criam e utilizam “moedas sociais” circulantes locais. Essas moedas sociais são os mecanismos mais estratégicos e emblemáticos da sua ação; desempenham papel econômico ao estimularem o consumo no território e a circulação interna da riqueza.

3. BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E MOEDAS SOCIAIS

Atuando este modelo de produção estabelece as bases e fundamentos para uma outra globalização, mais equilibrada e mais solidária com os outros e com a natureza. Também pode ser definida como um conjunto de atividades econômicas geridas democraticamente como resposta aos problemas sociais, onde os interesses humanos prevalecem sobre os interesses materiais e econômicos (LAVILLE, 2005).

Pode-se associar Economia Solidária à um conjunto de alternativas que possuem como objetivo melhorar a vida da população de um determinado local. O processo de

inclusão financeira realizado por instituições não bancárias através do acesso ao crédito tem sido visto como uma dessas estratégias.

As práticas de finanças solidárias que atuam nesse espaço são desenvolvidas pelos bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs) que facilitam o acesso ao crédito e oferecem outros serviços financeiros aos moradores locais, fundamentados em relações de proximidade, confiança e de solidariedade. Raposo (2014) comenta que no âmbito da sua atuação no território, os bancos comunitários criam e utilizam “moedas sociais” circulantes locais – que são os mecanismos mais estratégicos e emblemáticos da sua ação – desempenham papel econômico ao estimularem o consumo no território e a circulação interna da riqueza.

Para França Filho e Silva Junior (2009), os Bancos comunitários de Desenvolvimento podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Ainda segundo os autores, esses bancos se estruturam a partir de “dinâmicas associativas locais” e se apoiam a uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território que atuam. Para Passos (2007), o conceito de Banco Comunitário carrega a dimensão do desenvolvimento local em suas diversas dimensões.

De acordo com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006), pode-se definir BCD como “serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária”. Dentre seus objetivos está a promoção do desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização, organizações de consumidores e produtores.

Assim, estes bancos se comprometem com a construção de redes locais de economia solidária, através da articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais (FRANÇA FILHO e SILVA JUNIOR, 2009).

Ainda conforme os referidos autores, um aspecto importante da atuação dos BCD é o fomento à formação de redes de produtores e consumidores locais que causam uma ruptura na dicotomia entre produção e consumo pelo modelo dominante e cria novas conexões entre os agentes de um território. Passos (2007) complementa o significado de rede como sendo um conjunto de indivíduos ou organizações articulados, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos comuns.

Os BCD possuem três características importantes: i) a gestão é feita pela própria comunidade, envolvendo a coordenação, gestão e administração dos recursos; ii) eles possuem um formato que busca gerar um sistema integrado de desenvolvimento local, que possibilite o crédito, a produção, a comercialização e a capacitação ao mesmo tempo; iii) a Moeda utilizada é local, e sua circulação garante a integração dos diversos agentes do território. As moedas sociais são os mecanismos mais estratégicos e emblemáticos da atuação no território de um Banco Comunitário de Desenvolvimento; desempenham papel econômico ao estimularem o consumo no território e a circulação interna da riqueza.

Para Soares (2006) estas experiências promovem a inclusão social e a melhoria das condições de vida da população, através da troca de bens e serviços, valorização do trabalho (talentos e dons), produção descentralizada da moeda e da gestão construída coletivamente de forma transparente. Além disso, elas propõem o resgate do sentido do dinheiro no que se refere à forma e procedimento determinante de valores sociais e hábitos, que fundamentam a dinâmica de funcionamento de uma sociedade. Vale salientar também que a utilização da moeda social possui limites no que concerne às possibilidades de

falsificação, emissão em quantidade superior a suficiente para mobilizar a economia local e a má gestão do sistema de contas¹.

Neste universo, cada experiência é adaptada à realidade de seu território, porém de uma forma geral apresenta características que eclodem no conceito de moeda social, que na apreciação de Soares (2006, p. 134-135) trata-se de:

Uma forma de moeda paralela criada e administrada por seus próprios usuários, logo, tem sua emissão originada na esfera privada da economia. Ela não tem qualquer vínculo obrigatório com a moeda nacional e sua circulação é baseada na confiança mútua entre os usuários, participantes de um grupo circunscrito por adesão voluntária.

Segundo Albuquerque (2003), deve-se entender como moeda social o instrumento de confiança utilizado por um grupo de pessoas que exerce as funções de unidade valorativa, que pode circular livremente em uma comunidade e é aceita como forma de pagamento.

Em contraponto à moeda formal, a moeda social geralmente é isenta de juros com vistas a desestimular sua concentração e favorecer a circulação, o que por sua vez possibilita o desenvolvimento de outras formas de organização econômica, social e cultural. O sentido real da moeda social reside na circulação, e “um crédito só precisa gerar o montante inicial para ser viável. Isto implica em que muito mais empreendimentos poderão ser iniciados e gerarão resultados” (ARKEL et al, 2002, p. 89-90).

Lisboa e Faustino (2006) argumentam que o uso da moeda social como circulante local numa comunidade tem o poder de desfazer o círculo vicioso da pobreza e da miséria, o qual em grande parte é decorrente da escassez de moeda, como meio de pagamento, que inibe a produção e circulação da riqueza. Além de desenvolver a economia local, a utilização da moeda social circulante local com perspectiva de continuidade e aceitação,

¹ O que remete ao caso Argentino, onde em 1995 existia um único clube de trocas com 23 pessoas usando a moeda social, chegou a 2 milhões de membros em 2002 em plena crise que culminou numa superemissão de moedas “falsificadas” destruindo naquele território a confiança em tal instrumento monetário (PRIMAVERA, 2003).

fortifica a proximidade entre as pessoas ao estabelecer vínculos baseados na confiança e na reciprocidade.

Em sua acepção nata, a moeda social circulante local é uma moeda complementar à moeda nacional, criada pelo Banco Comunitário de Desenvolvimento com a finalidade de fazer circular as riquezas em determinado território, por meio do estímulo à comercialização, produção e consumo, gerando trabalho e renda. Conforme Melo Neto e Magalhães (2006, p. 6), a moeda social circulante local possui as seguintes características:

- a) O circulante local tem lastro na moeda nacional, o real (R\$). Ou seja, para cada moeda emitida, existe no banco comunitário, um correspondente em real;
- b) As moedas são produzidas com componentes de segurança (papel moeda, marca d'água, código de barra, números-serial) para evitar falsificação;
- c) A circulação é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe um desconto promovido pelo comerciantes e produtores para incentivar o uso da moeda no município/bairro;
- d) Qualquer produtor/comerciante cadastrado no Banco Comunitário pode trocar moeda social por reais caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município/bairro;
- e) A exemplo do Banco Comunitário, o controle e as riquezas geradas pela moeda, ficam na comunidade.

Para Freire (2009), as moedas sociais inserem uma nova tecnologia de autofinanciamento e desenvolvimento endógeno territorial ou setorial, um instrumento de natureza e estrutura contratual, como potencial para resolver ou atenuar o problema do desencaixe entre disponibilidade de capital (recursos disponíveis) e necessidades não atendidas. Estas seriam um meio alternativo para viabilizar o acesso aos direitos econômicos.

3.1. Forma de Manifestações dos Bancos Comunitario no Brasil

Desde o ano de 1998, quando surgiu o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento no Brasil, o Banco Palmas, situado no Conjunto Habitacional Palmeira em Fortaleza-CE, foram criados mais 107 iniciativas de Finanças Solidárias com os mesmos moldes. Observa-se uma maior concentração das práticas de Finanças solidárias por meio de Bancos Comunitários de desenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Desta forma 14,8% dos Bancos Comunitários registrados estão localizados na Região Norte do País. Na região Nordeste do Brasil encontram-se registrados 49% dos Bancos Comunitários Nacionais. Representando estas duas regiões um percentual de 63,8% do total Nacional de Bancos Comunitários. Os outros 36,2% estão divididos nas demais regiões da seguinte forma: 9,4% na região Centro-oeste; 24% na região Sudeste e 2,8% na região Sul. Conforme apresentado na Figura 01.

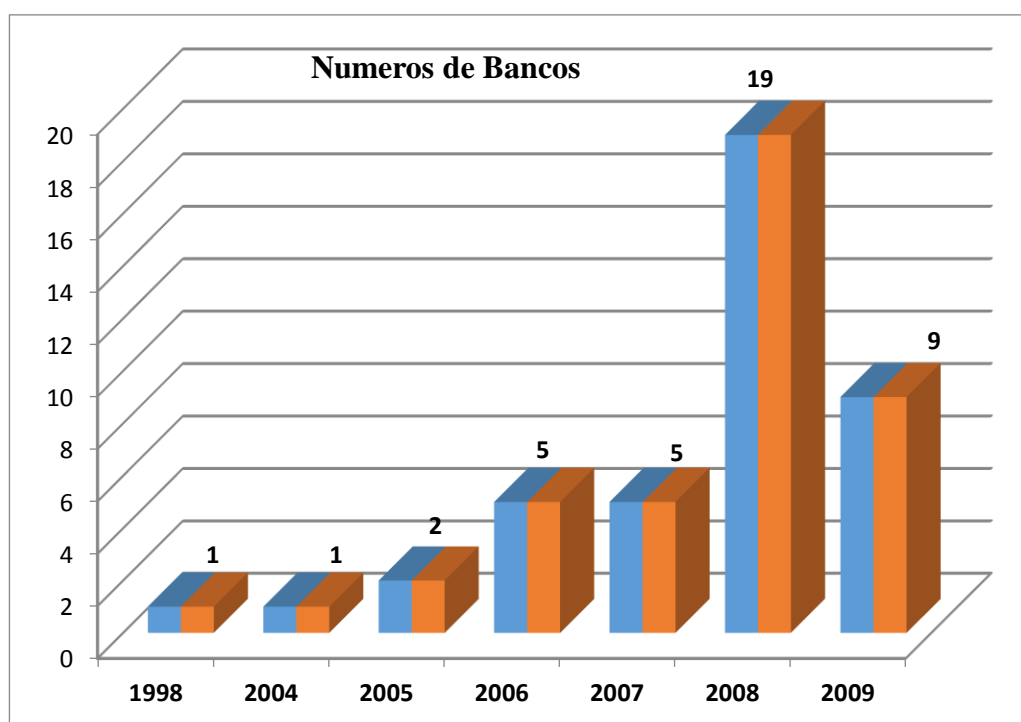
Figura 1 – Distribuição dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil



Fonte: Banco Palmas

O Gráfico 1, apresenta a evolução da criação dos Bancos Comunitários brasileiros no período de 1998 até 2009. O que se observa através deste gráfico é que após a consolidação do primeiro Banco Comunitário como alternativa para o desenvolvimento local, o qual iniciou suas atividades em 1998, o modelo de finanças solidárias foi replicado em diversas outras localidades. No ano de 2008, 19 Bancos Comunitários iniciaram suas atividades.

Gráfico 1 – Distribuição dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil



Fonte: REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS (2006).

No Quadro 01 apresenta-se um levantamento detalhado dos BCD oficialmente registrados no Brasil em um período de 1998 a 2009, identificando o Estado e cidade onde atua, o nome da instituição, nome da moeda social utilizada e ano de criação.

Quadro 1 – Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil (1998-2009)

UF	MUNICÍPIO	NOME DO BANCO	NOME DA MOEDA	CRIAÇÃO
CE	Fortaleza	Palmas	Palmas	1998
CE	Paracurú	Par	Par	2004
BA	Simões Filho	Ecoluzia	Triha	2005
CE	Palmácia	Serrano	Palmeira	2005
CE	Irauçuba	Bancart	Ta	2006
CE	Maracanaú	Pajú	Maracanã	2006
CE	Maranguape	Empreendedores	Prata	2006
ES	Vitória	Bem	Bem	2006
MS	Dourados	Pirapirê	Pirapirê	2006
CE	Beberibe	Bandesb	AB	2007
CE	Paramoti	Frei Diogo	Paz	2007
CE	Tauá	Quinamuiu	Quinamuiu	2007
ES	Vila Velha	Terra	Terra	2007
PI	São João do Arraial	Cocais	Cocais	2007
BA	Vera Cruz	Ilhamar	Concha	2008
CE	Caridade	Pe. Quiliano	Caribelos	2008
CE	Choró	Sertanejo	Sabiá	2008
CE	Fortaleza	Pirambú	Pirambú	2008
CE	Fortaleza	Riosol	Rios	2008
CE	Ibaretama	Serra Azul	Ibaré	2008
CE	Irauçuba	Amizade	Cactos	2008
CE	Irauçuba	Juazeiro	Cactos	2008
CE	Itarema	Tremembé	Itas	2008
CE	Madalena	Bansol	Sol	2008
CE	Maracanaú	Jaçana	Maracanã	2008
CE	Maranguape	Itapebussu	Itapebussu	2008
CE	Monsenhor Tabosa	Serra das Matas	Serra	2008
CE	Ocara	Ocards	Tupi	2008
CE	Palhano	Artpalha	Castanha	2008
CE	Tamboril	Feticeiro	Acaraú	2008
ES	Cariacica	Sol	Girassol	2008
ES	Vila Velha	Verde Vida	Verde Vida	2008
PB	João Pessoa	Beira Rio	Ribeirinhos	2008
BA	Cairu	Casa do Sol	Tinharé	2009
BA	Salvador	Guine	Samper	2009
CE	Fortaleza	São Cristovão	São Cristovão	2009
MG	Chapada Gaucha	Chapadense	Veredas	2009
PA	Bélem	Tupinambá	Moqueio	2009
SP	São Paulo	Apuanã	Apuanã	2009
SP	São Paulo	Autogestão	Moradias em Ação	2009
SP	São Paulo	Paulo Freire	Freire	2009
SP	São Paulo	Paulo Freire	Freire	2009

OBS: S.I. = Sem Informação

Fonte: REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS (2006).

No Quadro 02 apresenta-se um levantamento detalhado dos BCD, oficialmente registrados no Brasil em um período de 2010 a 2016, identificando o Estado e cidade onde atua, o nome da instituição, nome da moeda social utilizada e ano de criação.

Quadro 1 – Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil (2010-2016).

UF	MUNICÍPIO	NOME DO BANCO	NOME DA	CRIAÇÃO
CE	Fortaleza	Dendêsol	Dendê	2010
RJ	Silva Jardim	Capivari	Capivari	2010
RO	Guajará Miri	Pérola do Mamoré	Pérola	2010
AC	Rio Branco	Vitória	Arco-Íris	2011
AP	Laranjal do Jarí	Farol	Centelha	2011
AM	Manaus	Conquista	Liberdade	2011
AM	Manaus	Liberdade	Tucumã	2011
AM	Parintins	Parintins	Puxiruns	2011
BA	Ouriçangas	Fonte de Água Fresca	Kiriri	2011
CE	Acarape	Vale do Acarape	Vale	2011
CE	Acaraú	Dunas de Aranaú	Timbaúba	2011
CE	Cascavel	Bandesc	Bentos	2011
CE	Caucaia	Potira	Potiguara	2011
CE	Chorozinho	Rio Choró	Castanha	2011
CE	Fortaleza	Sítio de São João	Ponto de F	2011
CE	Itaitinga	Itasocial	Ita	2011
CE	Mauriti	Buriti	Grão	2011
CE	Pacatuba	Pacatubanco	Paca	2011
CE	Quixadá	Quixadá	Monólitos	2011
PA	Jacundá	Paraiso	Sabia	2011
RJ	Duque de Caxias	Saracuruna	Saracuruna	2011
RJ	Rio de Janeiro	Cidade de Deus	Cdd	2011
AC	Rio Branco	Triângulo	Apuí	2012
AP	Macapá	Forte	S.I.	2012
BA	Cachoeira	Cidadania Quilombola	Susuru	2012
BA	Camaçari	Abrantes	Abrantes	2012
BA	Canavieiras	Resex	Mox	2012
CE	Juazeiro do Norte	Timbaúbas	Timba	2012
DF	Estrutural	Estrutural	Conquista	2012
DF	Itapoã	Itapoã	Atitude	2012
ES	Cariacica	Esperança	Rosa	2012
ES	Serra	Abraço	Abraço	2012
ES	Vitória	Puã	Puã	2012
GO	Iporá	Pequi	Pequi	2012

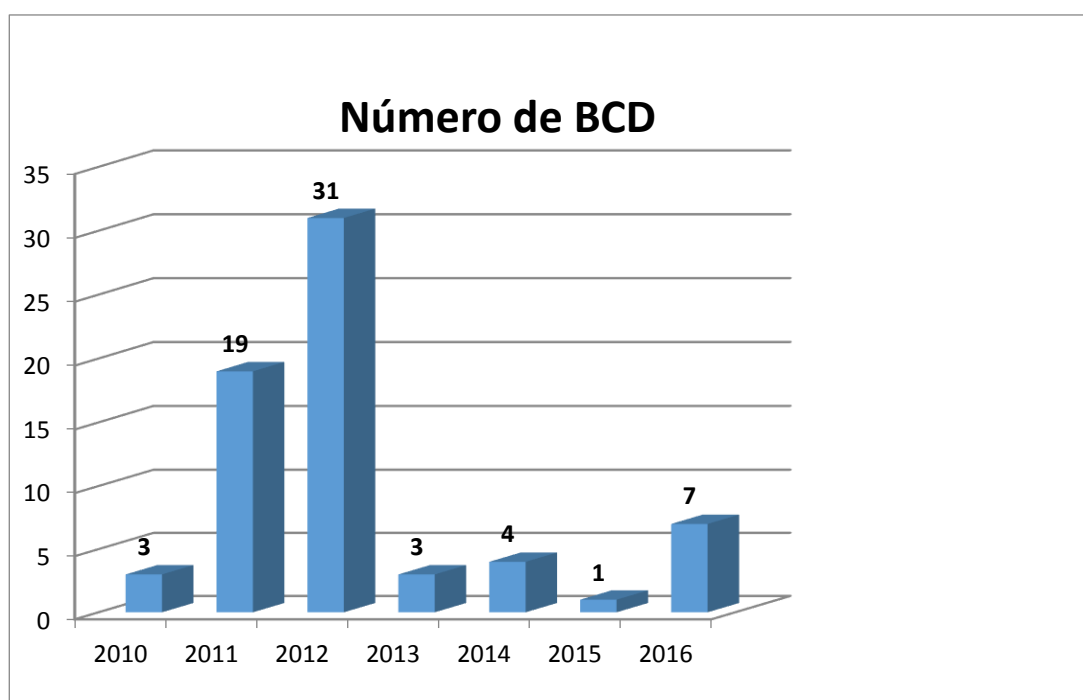
MT	Cuiabá	Aroeira	Aroeira	2012
MT	Rondonópolis	Cerrado	Bacuri	2012
MS	Anastácio	Pantanal	Pantaneira	2012
MS	Ponta Porã	Ita	Ita	2012
MG	Esmeraldas	Esmeraldas	Esmeraldas	2012
MG	Teófilo Otoni	Banclisa	Lisas	2012
PA	Ananindeua	Paar	Paar	2012
PA	Bélem	Castanheira	S.I.	2012
PA	Bélem	Tucunduba	S.I.	2012
PA	Gurupá	Aldeinha	Mutirão	2012
PA	Igarapé	Miri	Açaí	2012
PB	João Pessoa	Jardim Botânico	Orquídeas	2012
PI	Pedro II	Rede Opala	Opala	2012
RJ	Niterói	Preventório	Prêve	2012
RJ	Rio de Janeiro	Complexo do Alemão	S.I.	2012
SP	São Carlos	Nascente	Vidas	2012
SP	São Carlos	Santa Eudoxia	Quilombo	2012
SP	São Paulo	Orquídea	Progressos	2012
SP	São Paulo	Pe. Leo Comissari	Commissari	2012
SP	São Paulo	Tonato	Estrelas	2012
SE	Barra dos Coqueiros	Dunas	Dunas	2012
PA	Marituba 1	Mari	Mari	2013
RN	São Miguel do Gostoso	Solidário	Gostoso	2013
SP	São Paulo	União Sampaio	Sampaio	2013
BA	São Francisco do Conde	Ouro Negro	Manguezal	2014
DF	Araponga	BCD Araponga	Correria	2014
MT	Alta Floresta	Raiz	S.I.	2014
RJ	Marica	Mumbuca	Mumbuca	2014
PR	Boqueirão - CTBA	Neurobanco	Neuro	2015
RS	Porto Alegre	Justa Troca	Justo	2016
RS	Porto Alegre	Cascata	Antena	2016
PB	Lagoa de Dentro	comunitário lagoa	TINTIM.	2016
AL		Olhos D'Águas	Terras	2016
BA	Guanambi	Banco Amigos do Sertão	Kiriri	2016
PB		Comunitário de desenvolvimento		2016
	Pombal	Maringa	Margarida	
RN	Pureza	Banco Comunitário de Pureza	Cristalina	2016

OBS: S.I. = Sem Informação

Fonte: REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS (2006).

O Gráfico 2 apresenta a evolução da criação dos Bancos Comunitários brasileiros no período de 2010 até 2016. O que observa-se através deste gráfico é que após a consolidação do primeiro BCD, houve um aumento significativo da criação de outras experiências semelhantes no país.

Gráfico 2 – Distribuição dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento no Brasil



Fonte: REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS (2006).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de diferentes formas de organização social com relação mais justas e igualitárias na sociedade foram motivadas pelas consequências sociais negativas geradas pelo domínio de um modelo de produção excludente. Estas ações coletivas (cooperativas e associações) ganharam espaço diante da ação liberal concentradora e geradora de desigualdade e desemprego.

Assim, surgiram novos e alternativos mecanismos de geração de emprego e renda no país, por meio de uma forma mais justa e participativa, onde todos possam buscar melhores condições de vida e de trabalho para as populações mais carentes, além de estimular a economia local e despertar o espírito solidário de uma comunidade, denominada economia solidária.

As práticas de finanças solidárias, que buscam a inclusão financeira por meio do acesso ao crédito, são desenvolvidas pelos bancos comunitários de desenvolvimento que se inserem na teia das relações locais e oferecem produtos e serviços financeiros mais adequados à esse público, por meio de moedas sociais. Essas moedas sociais são os mecanismos mais estratégicos e emblemáticos da sua ação; desempenham papel econômico ao estimularem o consumo no território e a circulação interna da riqueza.

A introdução de uma moeda social aumenta a velocidade de circulação da base monetária local e com isso se elevaria também a renda. Como circulante local em uma comunidade, propõe o resgate do sentido do dinheiro no que se refere à forma e procedimento determinante de valores sociais e hábitos, que fundamentam a dinâmica de funcionamento de uma sociedade. Além de promover o desenvolvimento endógeno da economia local, a utilização da moeda social com perspectiva de continuidade e aceitação, fortifica a proximidade entre as pessoas ao estabelecer vínculos baseados na confiança e na reciprocidade.

As moedas sociais, através dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, por sua vez, surgem como um instrumento alternativo para dinamizar a economia local/regional e para viabilizar a inclusão dos marginalizados socioeconomicamente. A reflexão converge na direção de que, tanto as experiências que aumentam a base monetária local, quanto as que aceleram a velocidade de circulação da moeda, potencializam os efeitos diretos, indiretos e induzidos na economia local, por estimular a produção de bens e serviços e a

geração de renda. Essas não têm o papel de resolver por completo as dificuldades de economias empobrecidas, porém confere mais um instrumento para ações de intervenção, com vistas ao desenvolvimento endógeno.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (Orgs). **Desarrollo rural Organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad, 2006. p. 51-61. (Coleção Trabajo, integración y sociedad).

ABRAMOVAY, CARVALHO – Sistema Financeiro e as micro e pequenas empresas- Brasília: Sebrae (2004).

ALBUQUERQUE, F. Desarrollo económico local y descentralización em America Latina. **Revista de la Cepal**, n. 82, p. 157-171, abr, 2004.

ARKEL, H. et al. **Onde está o dinheiro?** Pistas para a construção do movimento monetário mosaico. Porto Alegre: Dacasa, 2002.

COELHO, F. D. Finanças solidárias. In: CATTANI, Antônio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 153-164.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun., 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 45, p. 219-232, abr./jun., 2008.

FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JÚNIOR, J. T.; RIGO, A. S. Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 500-515, Sept. 2012.

FREIRE, M. V. Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. 2011. **Tese** (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Direito, Estado e Constituição, Universidade de Brasília, Brasília.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do livro. 1974.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

GAIGER, L. I. (org.). (2004), Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre, editora da UFRGS.

LISBOA, A. M.; FAUSTINO, A. V. Trocas solidárias, moeda e espiritualidade. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 4, NESOL/USP. São Paulo, 2006. **Anais do...** São Paulo: Nesol/USP, 2006.

MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, S. (Org.). **O poder do circulante local: a moeda social no Conjunto Palmeira.** Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2005a.

MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, S. (Org.). **Banco comunitário e cooperativa de crédito.** Fortaleza: Expressão, 2005b.

MOATTI, S. O florescimento das moedas sociais. In: CENTRO de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores. **Trocas solidárias: embrião de uma nova economia.** n. 136. Curitiba: Gráfica Popular, 2006. p. 23-27.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. **Estudo exploratório em bancos comunitários: conceitos, características e sustentabilidade.** 2007, 140 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PRIMAVERA, H. Moeda social. In: CATTANI, A. D. et. al. **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 192-199.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAPOSO, J. G. Banco comunitário de desenvolvimento Jardim Botânico: Gestão Social Comunitária e Desenvolvimento Local. 2014. 138 f. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco comunitário: serviços financeiros solidários em rede.** Fortaleza: [s.n.], 2006.

RIGO, A. S. Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas. 2014. 344 f. **Tese** (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 1, p. 169-193, 2017.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81–126.

SINGER, P. Crescimento econômico e distribuição espacial da população. **Revista de Economia Política**, v. 2-3, n. 7, jul/set. 1982.

SOARES, C. L. B. **Moeda social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo.** 2006. 251 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.